

Rolagem da dívida deixa Bahia em melhor situação

por Maria José Quadros
de Salvador

A Bahia tem-se revelado uma exceção no grave quadro de endividamento apresentado pela maioria dos estados brasileiros. Do total da dívida de R\$ 4,019 bilhões do tesouro estadual, 81% está contratado com o Tesouro Nacional e os bancos federais. Essa parcela da dívida tem sido rolada há dois anos, com prazo de pagamento de vinte anos – que poderá ser prorrogado por mais dez – e juros de 6% ao ano mais variação do IGP-M.

O estado só tem hoje dívida fundada – com prazo superior a um ano – e não tem dívida com Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) nem estaria devendo a fornecedores. De acordo com o diretor do Departamento do Tesouro da Secretaria Estadual da Fazenda, Albérico Machado Mascarenhas, estes vêm sendo pagos no mês seguinte ao do faturamento, em geral na primeira quinzena, embora neste mês os pagamentos tenham sido adiados para a segunda quinzena.

Mas pelo menos um grande fornecedor do governo estadual, o setor de construção civil, discorda da afirmação do técnico. O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Bahia, Lincoln Bittencourt, alega que tem havido atrasos no segmento de obras rodoviárias, no qual a grande maioria das faturas não são pagas desde o último mês de outubro.

Ele reconhece que em outros segmentos não há queixas de empreiteiras, mas considera os pagamentos feitos dentro de trinta ou até sessenta dias como atrasos. “O governo precisa mudar o seu conceito sobre o que é atrasar pagamento, que em qualquer outra área é simplesmente não pagar no dia estabelecido, o que sempre resulta em multa. O setor público atrasa e nunca paga multa ao fornecedor”, observou.

A dívida da Bahia para com o Tesouro Nacional é

de R\$ 2,778 bilhões; outros R\$ 435 milhões são devidos a bancos federais, sobretudo à Caixa Econômica Federal, e se referem a contratos de habitação. A dívida externa equivale a R\$ 178 milhões, e a dívida mobiliária a R\$ 579 milhões.

“O perfil da dívida da Bahia é muito bom, porque 81% dela já foi rolado. Todos os pagamentos têm sido feitos rigorosamente em dia nos últimos quatro anos e o estado dispõe hoje de uma boa capacidade de endividamento e de credibilidade”, diz Mascarenhas.

Ele salienta que a única dívida problemática para o estado é a mobiliária, que cresceu nominalmente 53% no ano passado, 33% em termos reais, devido à política de juros altos praticada pelo governo federal. Em 31 de dezembro de 1994 a dívida referente a títulos era de R\$ 379 milhões, cifra que pulou para R\$ 579 milhões na mesma data do ano passado.

“Diariamente são incorporados cerca de R\$ 500 mil no saldo total”, calcula Mascarenhas. A expectativa do Tesouro Estadual é que o governo federal venha a assumir e refinaranciar essa dívida a prazos mais longos, conforme as negociações que vêm sendo feitas com os governos estaduais.

A Bahia é um dos poucos estados que vêm conseguindo cumprir a Lei Camata, limitando os gastos com pagamento de pessoal em 60% da receita. Mesmo assim, está sendo estudado um programa de demissões

voluntárias, a fim de conservar esse percentual e, em algumas áreas, renovar o quadro funcional. Do restante da receita, 15% estão comprometidos com a dívida de longo prazo, 10% com despesas de custeio e 15% com investimentos.

Em 1995, o governo baiano investiu R\$ 365 milhões de recursos próprios em obras, perfazendo um investimento total de R\$ 410 milhões, se computados os recursos decorrentes de financiamentos externos. De acordo com o Banco Central, a Bahia foi o estado que mais contratou operações de crédito externas no ano passado. O governo afirma que todos os contratos já estão com suas contrapartidas garantidas, lembrando que novos contratos estão em vias de ser assinados.

Somente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Bahia deverá começar a receber, ainda neste ano, um total de US\$ 264 milhões para o Programa Bahia Azul, de saneamento ambiental, já em execução e orçado em cerca de US\$ 600 milhões. Para financiar parte de sua contrapartida de US\$ 178 milhões no programa, o estado está negociando com a agência japonesa Overseas Economics Cooperation Fund (OSF), que, segundo o governo, oferece juros atraentes e prazos de pagamento longos. Se as negociações chegarem a bom termo, a OSF bancará US\$ 86 milhões da contrapartida estadual.